

José Claudinei Lombardi
Marcos Lima
(Orgs.)

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO:
AS REVOLUÇÕES NOS SÉCULOS XIX E XX
E AS POSSIBILIDADES DE UMA NOVA EDUCAÇÃO

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



VI

CONTRIBUIÇÕES PARA REFLETIR A EDUCAÇÃO E A JUVENTUDE NA REVOLUÇÃO RUSSA E NA CONTEMPORANEIDADE*

Ana Carolina de Assis Fulfaro

Oswaldo de Souza

Viviane Cardoso da Silva

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar algumas contribuições teóricas elaboradas sobre a educação e o papel da juventude na edificação do comunismo no período posterior a revolução russa. Busca-se entender os dilemas e amplos debates acerca do papel da escola e da educação na transformação social, bem como os recentes exemplos de luta protagonizados por movimentos de juventude e questionamento da estrutura e organização escolar pelos mesmos.

É preciso refletir sobre as experiências mais avançadas para pensar o tempo presente e as perspectivas possíveis de transformação radical, com a ressalva de que entendemos que os momentos históricos são diferentes e que as especificidades econômicas, políticas e sociais localizadas no contexto da Rússia revolucionária não podem ser transpostos para a análise da realidade atual.

Como a própria perspectiva materialista da realidade mostra, é necessário contextualizar a escola e a educação para a análise crítica. Esse aspecto também é importante no sentido de conceber a forma social escolar enquanto uma forma histórica e não estática, passível de transformação a partir da transformação do modo de produção capitalista. Conforme apontou Lombardi (2001):

* DOI – 10.29388/978-65-86678-06-2-f.133-150

A educação (e nela todo o aparato escolar) não pode ser entendida como uma dimensão estanque e separada da vida social. Como qualquer outro aspecto e dimensão da sociedade, a educação está profundamente inserida no contexto em que surge e se desenvolve, também vivenciando e expressando os movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe (LOMBARDI, 2001, p. 347).

A experiência da União Soviética é muito elucidativa desta relação entre educação e modo de produção e enquanto meio de expressão das contradições da luta de classes. A necessária transformação da educação a partir dos objetivos do comunismo e interesses da classe trabalhadora foi vista como condição para o avanço da revolução. Desde a tomada do poder, diversos pedagogos se esforçaram na reflexão sobre a concepção de escola, educação e superação dos atrasos feudais que ainda permeavam o país.

A revolução de outubro de 1917 trouxe a necessidade de colocar de pé a sociedade comunista. Para isso a educação e a própria juventude eram fundamentais. Vladimir Lênin anunciou para os jovens que eles tinham a tarefa de defender a revolução e construir a nova sociedade.

Muitos movimentos ao longo da história tiveram, e ainda tem, jovens como protagonistas ou apoiadores importantes. O papel combativo que desempenha nessa etapa da vida, as necessidades básicas que muitas vezes é mais sentida nesta parcela da população, tais como: a falta de emprego, salários baixos, ausência de oportunidade de estudos etc., faz com que seja importante olhar para a juventude e refletir qual a importância que esta etapa da vida tem na sociedade como um todo e nas transformações específicas.

Educação e juventude na Revolução Russa

Para os revolucionários bolcheviques era claro que transformar a educação na Rússia era parte fundamental da tarefa de construção do

socialismo. Em um país com uma massa camponesa miserável e analfabeta, forjada sob o controle do czarismo e da igreja, com resquícios do feudalismo e pouco desenvolvimento industrial, a escola deveria cumprir papel no sentido de educar para a nova sociedade em construção, e também para ajudar a transformar as bases materiais tão frágeis, consumidas pelos esforços de guerra e necessidade de resistência aos ataques imperialistas, sobretudo nos primeiros anos após 1917.

Nesse sentido, a escola e a educação tiveram localização central nas discussões sobre os desafios da consolidação do Estado operário rumo ao comunismo. Embora Lênin não tivesse nenhuma obra específica sobre educação, é possível encontrar discussões e abordagens gerais em seus escritos e discursos. Assim como uma série de elaborações sobre a escola e a educação que os revolucionários como Krupskaya, Pistrak, Lunacharsky, Shulgin, Makarenko se debruçaram a fazer.

Parte dessas reflexões se embasou na crítica à escola na sociedade capitalista, sobretudo à lógica de “adestramento”, no sentido de educar as massas para a submissão ao capital (quando havia o acesso à escola). A manutenção da dominação de classe ocorria através de vários aparatos, como a violência direta, mas principalmente na disputa ideológica, promovendo a “escravidão espiritual das massas” (KRUPSKAYA, 2017, 82).

De forma consciente, Lênin e os demais militantes que se propunham a discutir a escola e a educação, colocavam a necessidade de tomar dessa velha escola tudo o que fosse necessário para conseguir alcançar essa verdadeira educação comunista (LÊNIN, 2011). O ensino, a educação e a formação da juventude se davam com base nos conhecimentos da velha sociedade, assim como se daria a construção do comunismo. Por isso, ele defendia que “só transformando radicalmente o ensino, a organização e a educação da juventude conseguiremos que os esforços da jovem geração tenham como resultado a criação duma sociedade que não se pareça com a antiga, isto é, da sociedade comunista” (LÊNIN, 2011, 367).

Assim como o Estado operário não se construiria a partir do nada, tampouco essa nova escola poderia desconsiderar totalmente a escola burguesa e os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. O conhecimento monopolizado pela burguesia deveria ser socializado para o conjunto dos trabalhadores e camponeses para que os mesmos fossem parte consciente da construção do socialismo. Para isso era fundamental o combate ao analfabetismo.

Sem a alfabetização, todos os objetivos de participação ativa integral dos trabalhadores ficariam limitados. Por isso a alfabetização fez parte dos programas e ações práticas, tais como: as brigadas de alfabetização, no qual a juventude e professores voluntários fossem até trabalhadores e camponeses e cumprissem esse papel de alfabetizar; a multiplicação de bibliotecas, livrarias e distribuição de jornais etc. (SAVIANI, 2017).

Com a tomada do poder, bolcheviques criaram o Commissariado Nacional da Educação, responsável por cuidar de toda a vida cultural e elaborar as ações a serem desenvolvidas na educação soviética. Anatoly Lunacharsky e Nadezhda Krupskaya eram alguns dos pedagogos que faziam parte dessa comissão e cumpriam papel fundamental de sistematizar as diretrizes para a educação. Em 1918 o Comitê Central do Partido Bolchevique publicou a “Deliberação sobre a escola única do trabalho” e o Commissariado publicou os “Princípios fundamentais da escola única do trabalho” (FREITAS, 2009). Ainda 1918 ocorreu o “I Congresso de Toda Rússia para a Instrução Pública”. Nessa oportunidade Lunacharsky leu um relatório elaborado pelo commissariado sobre os dez primeiros meses da educação no governo bolchevique. Esses documentos traziam as linhas gerais e as perspectivas para a educação no país, desde a infância até a universidade.

Sobre a “Proclamação do Commissariado do Povo para a Educação” se pode destacar: o entendimento de que “[...] o conhecimento servirá [...] como maior arma na luta por uma vida melhor [...]” (LUNACHARSKY, 2017, p. 269); o combate ao analfabetismo em todas as idades; educação crítica, criativa, científica e artística; autono-

mia das instituições escolares; valorização dos professores, principalmente da educação primária que eram as mais desfavorecidas; e a organização da educação nacional que passaria por diversas instâncias locais e estaduais de comissões, até serem submetidos à Assembleia Constituinte.

Para contribuir com essas reflexões, Krupskaya (2017, p. 61) trouxe, na revisão do “Programa do Partido”, em 1917, outras propostas importantes como “a educação gratuita, geral obrigatória e politécnica [...] para todas as crianças de ambos os sexos com menos de 16 anos de idade [...]”, levando-nos a perceber a preocupação com a formação desde as crianças e adolescentes, na perspectiva de formar uma juventude crítica, holística, que compreendesse as relações sociais que envolviam a vida, mas tendo no trabalho o princípio educativo fundamental.

A educação foi pautada nos princípios marxistas do modo de produção da vida, de trabalho – não em seu sentido estranhado, mas enquanto meio de produção e criação da realidade, de teoria e prática relacionadas de forma dialética. A escola única do trabalho estava alicerçada na concepção de ser humano *omnilateral*, ou seja, uma totalidade histórica que também se materializa nas relações sociais.

A relação entre trabalho e desenvolvimento das forças produtivas é a base educacional. É através do trabalho que o ser humano vai produzir a si próprio e a sociedade como um todo, por isso a centralidade da relação do ensino geral e do ensino politécnico, que consiste em educar as pessoas que vão possuir os fundamentos gerais da produção moderna, diferente do acesso aos conhecimentos de forma fragmentados e instrumentalizados do capitalismo. O objetivo é que o operário seja consciente do processo de produção, o que implica o domínio das bases da indústria moderna, as condições para seu desenvolvimento, matérias-primas, relações técnicas e sociais, relações internacionais, circulação, etc (SAVIANI, 2011).

Esse princípio não é no sentido de libertação individual, mas de libertação de classe. A educação baseada na solidariedade para que

o livre desenvolvimento de cada um, seja condição necessária para o livre desenvolvimento de todos. Fazer com que cada um tivesse noção dos ramos mais importantes da produção, era um objetivo intermediário com vistas à libertação de todos (AMBONI; NETO, 2013).

O ensino politécnico é parte central da escola única do trabalho, mas quando se coloca a importância do trabalho, não é somente o trabalho produtivo, mas sim o trabalho socialmente útil. Segundo Freitas:

O trabalho socialmente útil é, exatamente, o elo perdido da escola capitalista. O trabalho socialmente útil é a conexão entre a tão propagada teoria e prática. É pelo trabalho, em sentido amplo, que esta relação se materializa. Daí a máxima: não basta compreender o mundo, é preciso transformá-lo (FREITAS, 2009, p. 33).

O intuito era que a educação e os problemas que surgissem durante o ensino estivessem ligados à realidade, já que esse grande objetivo era o desenvolvimento de uma educação emancipadora, diferente das fórmulas prontas, prescritivas e autoritárias, o oposto do que se busca. Mesmo a escola sendo um meio privilegiado para educar, a mesma não deveria estar dissociada de outras esferas da vida social, pelo contrário, a chave era estabelecer essa relação com a realidade. Nos programas oficiais aparecem a organização dos estudos não por matérias, mas por complexos ou temas centrais, que seriam definidos como um conjunto de fenômenos concretos da realidade, agrupados ou organizados em torno de uma ideia ou eixo central determinado (SAVIANI, 2011).

A iniciativa e a capacidade de trabalho independente e a formação do hábito do trabalho coletivo também permearam os debates. Desse modo, o tema sobre a auto-organização e a organização do trabalho foram parte importante da escola única do trabalho. Para Krupskaya (2017), a organização da vida escolar deveria estar no centro das atenções dos pedagogos, pois os hábitos da nova vida deveriam se transformar. Essa nova escola deveria contribuir para que a classe

operária que tomou o poder, também fosse a dona e organizadora da produção coletiva.

Lunacharsky (2018) ao apresentar o relatório do Comissariado do Povo sobre a Instrução, no “I Congresso de Toda Rússia para a Instrução Pública”, trouxe novas expectativas para a educação, como a autogestão e a juventude, ao qual nos diz:

Os próprios alunos representam o terceiro elemento de auto-gestão da escola. Queremos que esta autogestão seja o mais ampla possível; queremos que não só os estudantes do superior, mas também os alunos das classes mais adiantadas dos outros graus de ensino possam gerir a escola juntamente com os pais e professores. Onde quer que um aluno dos anos mais adiantados possa manifestar a sua independência, o seu livre arbítrio, pois que o faça. Que sejam as próprias crianças a tratar dos seus assuntos de crianças. A nossa influência deve ir no sentido de as ajudar a serem elas próprias a organizar sua coletividade e fazer de maneira a que o espírito geral de solidariedade possa trazer sempre certos indivíduos ao bom caminho. Um dos mais humanistas pedagogos, confrontado com este fenómeno, disse que nem a Igreja nem a escola moderna estão em medida de formar uma juventude sã. Seria preciso, disse ele, que os coletivos fossem formados pelos próprios jovens (LUNACHARSKY, 1918, p. 7)

O autor expunha que a autogestão não seria apenas função dos jovens, mas de todos que participavam do espaço escolar, respeitando a diversidade de escola para escola, pois nenhuma seria igual à outra.

Segundo Freitas (2009), já em 1918 o Comissariado anunciou escolas experimentais–demonstrativas, como as escolas comunas e que tinham como objetivo ser a experiência prática da elaboração da nova pedagogia e da escola do trabalho. As inovações pautadas na escola única do trabalho e experimentadas nesses espaços deveriam posteriormente ser generalizadas para as escolas regulares.

As escolas comuna seriam organizadas por comissões e Assembleias, através da autogestão enquanto cerne importante, se contrapondo às hierarquias entre “mestres” e “aprendizes” das escolas tradi-

cionais. A compreensão da atualidade e a ligação com a realidade foi um dos pontos base da nova escola, sendo o entendimento do meio relevante para pensar sobre o modelo de escola, pois conforme Shulgin, não seria possível falar de uma educação no geral para crianças em abstrato, pois existem crianças na área fabril, no campo, etc.; a forma como a criança compreende e se localiza no mundo é distinta, mas todas partem da atualidade (FREITAS, 2009).

Freitas (2009) se referindo a Shulgin e a importância da educação relacionada à atualidade, aponta que “não se fala de uma simples mudança de conteúdo, ou de introduzir um conteúdo crítico, mas sim de uma nova ‘organização’ para a escola, onde a atualidade seja fortemente vivenciada” (FREITAS, 2009, p. 24). Voltamos à centralidade do trabalho, por este ser a ação que faz a ponte entre a escola e o meio social, através do qual é possível fornecer as bases para praticar a autogestão na atualidade.

A escola era um meio privilegiado de educar, mas não o único, como expressa o próprio princípio de ligar a escola com outras esferas da vida. A educação extraescolar estava atribuída também a organizações proletárias, como os próprios sindicatos, União de Mulheres, organizações infantis e juvenis, como os Pioneiros e o Komsomol e a União da Juventude Comunista. Essas organizações tinham o papel de estimular a construção do socialismo através de diversas formas como o próprio estudo e trabalho (SAVIANI, 2017).

Lênin (2011) em seu discurso para o III Congresso da União Comunista da Juventude, na Rússia, em 1920, discutiu sobre o papel da juventude na edificação da nova sociedade. Ele diferencia a tarefa da geração precedente que era a de derrubar a burguesia dessa nova geração, cuja tarefa seria muito mais complexa, no sentido de defender a revolução das ofensivas contrarrevolucionárias, mas também a tarefa de edificar a sociedade comunista.

Nesse sentido, Lênin apontou que uma das primeiras formas de fazer isso era a juventude aprender o comunismo, o que não dava para aprender através de livros didáticos e manuais, mas através da

práxis. Sem trabalho e sem luta o conhecimento do comunismo não valeria de nada, pois repetiria o distanciamento entre teoria e prática, cuja dissociação é lei na sociedade capitalista.

Krupskaya (2017) quando escreveu sobre a educação comunista da juventude, em 1922, pontuou que a revolução fez nascer um grande interesse por parte dos jovens operários, camponeses e intelectuais sobre a política e o comunismo. Dessa forma, era crucial se pausar nessa paixão da juventude para dar vazão ao trabalho criativo que deveria significar a construção do comunismo; nesse processo, a União da Juventude Comunista Russa (UJCR) ocuparia posição-chave.

Krupskaya (2017) defendia que a juventude tinha que se voltar aos estudos sobre o marxismo e suas bases, ter participação ativa no trabalho social, talvez diretamente em alguma fábrica ou usina, questionar e transformar sua própria visão de mundo. A UJCR tinha que cumprir esse papel:

Em primeiro lugar, é necessário que a organização da União da Juventude Comunista Russa (UJCR) dê a cada um de seus membros a oportunidade para, de uma ou outra forma, trabalhar pela causa do comunismo, de ser não somente um observador passivo de como se constrói o comunismo, mas ser seu construtor ativo (KRUPSKAYA, 2017, 94).

Krupskaya enfatizava a formação através da prática e a relação entre estudo, trabalho e ação social junto às massas operárias e camponesas, para formar a base comunista. A participação nessas organizações de juventude possuía um caráter pedagógico em si, dado o poder formativo das atividades que ali se desenvolviam, como as próprias brigadas de alfabetização que tinham muita participação da juventude para o combate ao analfabetismo (SAVIANI, 2011).

Outras questões que permearam as discussões e a criação de novas leis foi a situação das mulheres, cuja atenção se voltava à legalização do divórcio, do aborto, a tentativa de garantir as creches, os restaurantes, as lavanderias públicas e a emancipação. Por um lado, havia

a necessidade de garantir as condições materiais para combater o atraso de uma sociedade com muitos traços semifeudais, buscando garantir que as mulheres se vissem livres das amarras do lar, e que tornava uma prisão física e espiritual. Por outro lado, enfrentava o desafio de garantir às mulheres o direito ao estudo, liquidar o analfabetismo tanto das mulheres, quanto dos homens e incentivar a ocupação dos espaços públicos pelas mulheres etc. (LENIN, 1956; GOLDMAN, 2014; SAVIANI, 2011).

Igualdade perante a lei não é equivalente a igualdade perante a vida, afirmavam Lênin e outros juristas soviéticos que se debruçaram a transformar as leis com o objetivo de fazer com que as mesmas não se tornassem supérfluas, ou que, com o avanço do socialismo, não fossem necessárias leis que indicassem a transformação das relações sociais, mas que as próprias condições materiais na perspectiva comunista formassem novas pessoas e novas relações.

No entanto, esse processo esbarrou em uma série de dificuldades que fizeram com que não fosse possível garantir, na prática, parte desses objetivos, como a falta de estrutura física para novas escolas, restaurantes, creches e lavanderias públicas. Com uma jovem União Soviética miserável e destruída pela guerra, para se construir um “novo homem” seria necessário garantir que a população não morresse de fome e que a revolução não fosse destruída pelos ataques internos e externos. Além disso, resistências e polêmicas internas também ocorreram, conforme aponta Freitas (2017):

Toda a política educacional deste período teve enorme dificuldade para chegar à prática das escolas. Pesaram condições materiais de funcionamento das escolas, a falta de orientações claras sobre como as escolas e os professores deveriam proceder, bem como a resistência e falta de preparação do magistério para implementar as novas exigências curriculares (HOLMES, 1991, p. 142). Uma nova escola necessitava de um novo professor, algo que precisaria ainda ser organizado (FREITAS, 2017, p. 15).

Houve limites ocasionados pelo próprio desenvolvimento histórico, tendo em vista que a revolução não avançou para outros países e a burocracia stalinista assumiu o domínio da URSS, sendo as ideias pautadas com paixão nos anos iniciais por Lenin, foram desviadas ou diretamente apagadas pelo stalinismo.

Embora pontuadas em linhas gerais, essas experiências e formulações ocorridas após 1917, nos ajudam a refletir sobre o papel da educação e da juventude na luta pela transformação social também na atualidade. Na União Soviética a educação era pensada com um objetivo claro de continuidade e fortalecimento da revolução, por isso a ênfase no papel da juventude e no papel do professor, pensado enquanto professor lutador que também contribuiria com base nos objetivos políticos da educação.

Existe uma série de exemplos históricos que evidenciam o papel da juventude enquanto “caixa de ressonância” das contradições sociais¹. Um exemplo recente são as ocupações de escola que tiveram seu pontapé no Estado de São Paulo em 2015 e que em 2016 se espalhou para outros estados. Certamente esse exemplo necessitaria de maior aprofundamento para que, então, possamos refletir sobre os paralelos com as experiências da revolução russa.

O movimento de ocupação das escolas públicas no Brasil começou em novembro de 2015, em São Paulo, pouco tempo depois do governo do estado oficializar o projeto chamado reorganização escolar, o qual ocasionaria o fechamento de salas de aula, ciclos e até de escolas inteiras. Dada a intransigência do governo em dialogar com os estudantes, em menos de três semanas cerca de 200 escolas foram ocupadas pelos secundaristas.

¹ No Brasil podemos destacar alguns movimentos históricos em que os jovens tiveram grande importância (sem a ênfase dos efeitos que movimentos significaram para a sociedade) tais como: a Marcha dos cem mil (1968), o movimento Diretas Já! (1983/84), os Caras pintadas (1992), Jornadas de Junho (2013) e os movimentos de ocupação de escolas em 2015 (SP e GO) e 2016 (PR e outros estados em menor escala) e uma série de movimentos internacionais, levando-se em consideração a diversidade de fatos que representaram.

Em Goiás também no ano de 2015, estudantes ocuparam escolas contra a concessão da administração escolar para as Organizações Sociais (OSs) e para a Polícia Militar (PM). Em 2016, estudantes do Paraná ocuparam cerca de 1000 escolas contra a Reforma do Ensino Médio e contra o chamado Projeto de Emenda Constitucional (PEC) “do teto”, que congelaria os gastos públicos da educação e da saúde por 20 anos. Nesse ano, estudantes de outros estados como o Ceará, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro também ocuparam suas escolas.

Esses levantamentos estudantis² mostram o poder que têm os estudantes quando se colocam em choque com o poder estatal e as pressões capitalistas, e a sua importância na luta pela defesa da escola pública e da educação. É senso comum dizer que os estudantes não se importam com a escola, porém, esses casos mostraram que eles estavam dispostos a defendê-la e a questionar sua estrutura, a forma de funcionamento e as relações hierárquicas.

Para muitos jovens estas foram as primeiras experiências em movimentos políticos, ainda que à revelia das propostas pedagógicas, partiram de dentro da própria escola, e em alguma medida, ensaiaram formas de organização e de aprendizagem que se parecem com as propostas soviéticas, ainda que não de forma consciente, como autogestão, debates relacionados com a realidade, trabalho socialmente útil,

² É importante perceber que as ocupações de escola no Brasil tiveram influência do movimento de ocupações que ocorreu anteriormente no Chile. A “Revolução Pinguim” ou “Revolta dos Pinguins” do Chile em 2016 foi o maior movimento secundarista que este país já viu e influenciou fortemente movimentos sociais pela América Latina. Com seus uniformes de traços antigos – que deram o nome do levante – os estudantes se organizaram e se insurgiram contra medidas do governo de Michelle Bachelet e condições de precariedade das escolas. Tais cenas, consideradas episódios inusitados nas últimas três décadas da história daquele país, eram protagonizadas por estudantes secundaristas – maciçamente mobilizados em nível nacional – que entraram em greve, tomaram as escolas, organizaram Assembleias e saíram em passeatas, gritando palavras de ordem que sintetizavam um discurso político há muito tempo ausente do cenário estudantil chileno (ZIBAS, 2008). O modelo de educação chileno representou, principalmente na década de 90, uma importância ímpar na América Latina e por este motivo esta revolta estudantil ganhou atenção da mídia internacional.

quando os estudantes se propunham a organizar, manter o espaço e dividir as tarefas, etc. (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Esses estudantes conseguiram vivenciar por um período a escola que queriam. Em muitas declarações foram registrados os relatos de que eles aprenderam muito mais durante as ocupações do que durante o cotidiano escolar, pois eram sujeitos ativos naquele espaço, diferente das hierarquias, regras e pré-determinações presentes na estrutura regular (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016 – PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016). Isso mostra o potencial transformador de um modelo de escola que tenha debates vivos, vinculados à vida, nos quais os estudantes possam participar e intervir de forma verdadeira, perspectiva que se esbarrou e se esbarra com os objetivos da escola e da educação no capitalismo.

Ao ser a primeira experiência de luta para a maioria dos jovens, os movimentos de ocupação da escola se apresenta como um importante espaço de formação da juventude nos nossos dias, promovendo a politização dos seus agentes; em outras palavras, atingindo diferentes níveis emancipatórios nos sujeitos envolvidos. A emancipação não pode ser entendida com um termo absoluto ou a-histórico, mas sim inserida no processo social e histórico pelo qual estamos atravessando, ou seja, a emancipação de que estamos tratando é a emancipação que leva em conta o momento do capitalismo. A emancipação que nasce como libertação individual e ganha, aos poucos, características coletivas, políticas, até a liberdade no sentido amplo de supressão dos obstáculos que oprimem a nossa condição humana. A emancipação em Marx configura a mais elevada expressão das potencialidades humanas (MARX, 1978). Entretanto, a sociedade moderna pode ter colocado limites para esta emancipação, pois, como Marx nos diz: “[...] o homem não se libertou da religião; ele obteve a liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve a liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo da atividade profissional, obteve a liberdade da atividade profissional (MARX, 1978, p. 91).

Desta forma podemos afirmar que a formação política da juventude soviética teve outro formato, em decorrência dos diferentes contextos históricos, e por terem outros objetivos. A nossa juventude deve lutar para derrubar o capitalismo, a juventude para a qual Lenin falou tinha a função de manter as conquistas da revolução de outubro e avançar para a verdadeira construção do comunismo.

Considerações finais:

Nossa intenção neste trabalho foi desenvolver uma reflexão sobre a educação e a juventude revolucionária da Rússia, apresentando aproximações e diferenças com a juventude contemporânea e suas lutas, enfatizando o compromisso que os jovens assumiram na transformação social, na sua proximidade com o projeto revolucionário e o papel que a reprodução da ideologia revolucionária desempenhou diante do capitalismo.

Relacionamos a história e sociedade das diferentes juventudes (russa e brasileira), para pensar categorias mais gerais que aproximam essas duas realidades e nos permitam aprofundar os estudos nesta área. Uma delas é o papel que a juventude desenvolveu / desenvolve nas mais diversas transformações sociais e a relação dialética entre a educação e a juventude.

A diferença entre o papel que executou e executa os movimentos da juventude nos nossos dias e os escritos sobre a juventude no pós-revolução russa vai além da distância histórica. Na Rússia era um papel da juventude edificar a sociedade comunista recém-implantada pela revolução de outubro de 1917. Nos levantes contemporâneos está a motivação de transformação da juventude, motivada pelas condições materiais da escola estatal, em conjunto com a miséria da maioria da população e da juventude oprimida.

É daí que surge o anseio de revolta e transformação que marcou os levantes estudantis contemporâneos, mas que diferem das motivações de luta dos jovens do começo do século passado na Rússia,

pois o que os unia, além da faixa etária, era a difícil tarefa de aprender na prática sobre o comunismo e estar ao lado da classe proletária, como classe dirigente na tarefa de colocar abaixo o capitalismo, construir o socialismo e edificar a sociedade comunista.

A burguesia desempenhou um papel histórico de construir um ideário de “fim da história” na cabeça das massas, dando a ideia de que o capitalismo seria um sistema sem um fim, diferente dos modos de produção precedentes. A derrota do chamado socialismo real e a restauração capitalista nos países que chegaram a revolução jogam neste terreno, ou seja, contribuem para a construção do ideário de que o comunismo não seria viável.

É neste ponto que entra uma das tarefas principais da juventude contemporânea: aprender sobre o comunismo, ou seja, aprender sobre as teorias da revolução social. Dessa forma, podem impedir que as falácias históricas da burguesia se solidifiquem nas massas. Poderão assim entender e criticar as saídas “fáceis” do reformismo e/ou do autonomismo para a juventude.

Apostamos na tarefa da juventude de assimilar o comunismo, pegar da velha escola capitalista os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, aprender as lições da revolução russa e outras revoluções vitoriosas, aprender com as palavras de Vladimir Lenin, para colocar de pé um grande levante juvenil em parceria com os demais setores do proletariado, sob o comando da classe operária que devido ao lugar que ocupa no modo de produção capitalista, é a única classe que pode nos levar ao fim deste sistema.

Referências

AMBONI, Vanderlei; NETO, Luiz B. Trabalho e educação na construção da Rússia socialista. **REVISTA HISTEDBR ON-LINE**. Campinas, no 51, p. 266–278, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640277/7836>.> Acesso em: jan. 2018.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS Jonas.; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

DUARTE, Newton. Luta de classes, educação e revolução.

GERMINAL: Marxismo e Educação em Debate. Londrina, v. 3, n. 1, p. 128–138; fev. 2011. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9499/6923>.> Acesso em: nov. 2017.

FREITAS, Luiz Carlos; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **A construção da pedagogia socialista (escritos selecionados)**. São Paulo, Expressão Popular, 2017.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**: política familiar e vida social soviéticas, 1917–1936. São Paulo, Boitempo–Iskra, 2014

KRUPSKAYA, Nadeszda. Konstantinovna. Sobre a questão da educação comunista da juventude (1922). In: KRUPSKAYA, Nadeszda Konstantinovna. **A construção da pedagogia socialista**. Trad. Luiz Carlos de Freitas e Roseli Salete Caldart (Orgs.)São Paulo, Expressão Popular, 2017.

_____. Auto-organização escolar e organização do trabalho (1923). In: KRUPSKAYA, Nadeszda Konstantinovna. In: KRUPSKAYA, Nadeszda Konstantinovna. **A construção da pedagogia socialista**. Trad. Luiz Carlos de Freitas e Roseli Salete Caldart (Orgs.)São Paulo, Expressão Popular, 2017.

LENIN, Vladimir. Às operárias. In: **O socialismo e a emancipação da mulher**. Editorial Vitória, 1956. Disponível em:

><https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/02/22.htm>.> Acesso em: fev. 2018.

_____. As tarefas das uniões da juventude. **REVISTA HISTEDBR ON-LINE**, Campinas, número especial, p. 2–4, abr 2011. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639915/7478>.> Acesso em: jan. 2018.

LOMBARDI, José Claudinei. Algumas questões sobre educação e ensino em Marx e Engels. **REVISTA HISTEDBR ON-LINE**. Campinas, número especial, p. 347–366, 2011.

LUNACHARSKY, Antoly. Proclamação do Comissário do Povo para a Educação. In: In: KRUPSKAYA, Nadeszda Konstantinovna. **A construção da pedagogia socialista**. Trad. Luiz Carlos de Freitas e Roseli Salete Caldart (Orgs.) São Paulo, Expressão Popular, 2017.

MARX, K. **A questão judaica**. São Paulo: Moraes, 1978.

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de Sousa R. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 21–35, jan./jun. 2016.

SAVIANI, Nereide. Concepção socialista de educação – A contribuição de Nadeszda Krupskaya. **REVISTA HISTEDBR ON-LINE**. Campinas, número especial, 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art03_41e.pdf. Acesso em: nov. 2017.

SAVIANI, Nereide. O legado educacional da revolução russa de 1917. In: BERTOLINO, O.; MONTEIRO, A. (Orgs.). **100 anos da Revolução Russa: legados e lições**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017.

ZIBAS, D. M. L.. "A Revolta dos Pingüins" e o novo pacto educacional chileno. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. v. 13, n. 38, p. 199–220, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: set. 2016.

